

AV A L

Revista Avaliação de Políticas Públicas

JANEIRO/JUNHO • VOL. 7 • Nº 21 • 2022



AVAL

Revista Avaliação de Políticas Públicas

Volume 7 | Número 21 |
Janeiro/Junho de 2022 | ISSN: 2176-9923

Conselho Editorial

Alcides Fernando Gussi

UFC

Alicia Ferreira Gonçalves

UFPB/UFC

Ana Cristina Brito Arcoverde

UFPE

Gil Célio de Castro Cardoso

UFC

Julimar da Silva Bichara

Universidad Autónoma de Madrid

Lea Carvalho Rodrigues

UFC

Paulo Jannuzzi

IBGE

Paulo Peixoto

Universidade de Coimbra

Magda de Lima Lúcio

UNB

Maria Ozanira da Silva e Silva

UFMA

María Bustelo Ruesta

Universidad Complutense

de Madrid

Mathieu Arés

l'Université de Sherbrooke

(Québec, Canada)

Universidade Federal do Ceará

Reitor

Prof. José Cândido Lustosa
Bittencourt de Albuquerque

Vice-Reitor

Prof. José Glauco Lobo Filho

Pró-Reitoria de Pesquisa e

Pós-graduação

Pró Reitor: Prof. Francisco
Rodrigo Porto Cavalcanti

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

Prof.^a Geovana Maria Cartaxo de
Arruda Freire

Pró-Reitoria de Extensão

Prof.^a Elizabeth De Francesco Daher

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Prof. Marcus Vinicius Veras Machado

Pró-Reitoria de Graduação

Prof.^a Ana Paula de
Medeiros Ribeiro

Pró-Reitoria de Planejamento

e Administração

Prof. Almir Bittencourt da Silva

Pró-Reitoria de Relações Internacionais

e Desenvolvimento Institucional

Prof. Augusto Teixeira
de Albuquerque

Centro de Ciências Agrárias

Diretora

Prof.^a Sônia Maria Pinheiro
de Oliveira

Vice-Diretor

Prof. Alexandre Holanda Sampaio

Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas (PPGAPP)

Coordenador

Prof. Fernando José Pires
de Sousa

Vice-Coordenadora

Prof.^a Suely Salgueiro Chacon

Secretaria

Karla Maia Vieira

Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP)

Coordenadora

Prof.^a Alba Maria Pinho
de Carvalho

Vice-Coordenador

Carlos Américo Leite Moreira

Secretaria

Vânia Maria Fraga Pereira

Revista Avaliação de Políticas Públicas – AVAL

Editores

Carlos Américo Leite Moreira
Gil Célio Cardoso
Leila Maria Passos de Souza Bezerra

Editor-Chefe

Alcides Fernando Gussi

Obra da Capa

Paisagem Longínqua - 0104
Antônio Bandeira

Fotografia

Pedro Humberto

Secretaria

Aline Gomes

Agência NIC – Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

Atendimento

Antonio Thé
Thomas Fernandes

Direção de Arte e Diagramação

Ivan Canhamello
Pedro Felinto

Gestores

Prof.^a Alessandra Marinho Bouty
Prof. Diego Henrique Paiva

Volume 7 | Número 21

Janeiro/Junho de 2022

ISSN: 2176-9923

Sumário

- 6 Editorial
- 10 Uma proposta de avaliação de arranjos de Orçamento Participativo a partir do cidadão
Iván Beck Ckagnazaroff
Carmen Pineda Nebot
- 42 Participação social como componente de dimensão avaliativa em modelos de cidades inteligentes sustentáveis
Cleide de Marco Pereira
Cátia Regina Muniz
Alcides Fernando Gussi
Angela Maria Alves
- 72 Avaliação da política de educação especial e o paradigma da diversidade: mudar a lei garante mudança da realidade?
Lenara Antão de Alencar Ribeiro Souza
Alba Maria Pinho de Carvalho
- 94 Implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do turismo: avaliação comparativa entre o PRODETUR no Brasil e o LEADER na Espanha
Maria Sâmia de Oliveira
Jakson Renner Rodrigues Soares
Gil Célio de Castro Cardoso
Maione Rocha de Castro Cardoso
- 120 Políticas de enfrentamento à violência contra mulheres na cidade de São Paulo
Marina Passafaro
Ursula Dias Peres
- 138 Contribuições da entrevista compreensiva de Kaufmann para a análise interpretativa de políticas públicas
Nathália Gonçalves Ferreira
Gustavo Costa de Souza
- 160 Avaliação de Políticas Públicas: Um Estudo Bibliométrico Da Literatura Internacional Entre 1997 A 2021
André Lima Cerqueira
Claudiani Waiandt
- 184 Avaliação da Política de Assistência Social: tendências e abordagens teórico-conceituais
Márcia da Silva Pereira Castro

EDITORIAL

Trazemos aos(as) leitores/as da AVAL este novo volume. Mais uma vez nos preocupamos em selecionar artigos que, não apenas apresentam avaliações substantivas, mas, ao buscarem elaborações analíticas e metodológicas, permitem ensejar um exercício de reflexividade epistêmica, que, entendemos, deva ser constitutivo do campo da avaliação de políticas públicas.

O que pode, potencialmente, a avaliação, no sentido de adensar temas em políticas públicas, construir e testar novas metodologias, e constituir uma trajetória de pensamento sobre o próprio ato de avaliar? Eis possibilidades que, pensamos, podem ser encontradas nos artigos deste volume.

Os dois primeiros artigos tratam da temática da participação social, crucial para compreender os rumos e o fortalecimento da democracia no país. Em “Uma proposta de avaliação de arranjos de Orçamento Participativo a partir do cidadão”, Iván Beck Ckagnazaroff (Universidade Federal de Minas Gerais) e Carmen Pineda Nebot (Grupo de Trabalho CLACSO Espaços Deliberativos e Governança Pública/ GEGOP/Espanha) apresentam um modelo de avaliação qualitativa do orçamento participativo, focando nos sujeitos envolvidos nos processos participativos, como forma de provê-los de instrumentos avaliativos.

No outro artigo, as pesquisadoras Cleide de Marco Pereira, Cátia Regina Muniz e Angela Maria Alves, todas oriundas do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer, e Alcides Fernando Gussi (Universidade Federal do Ceará – UFC), em “Participação social como componente de dimensão avaliativa em modelos de cidades inteligentes sustentáveis”, analisam a participação social como dimensão avaliativa para construir diagnósticos de modelos de maturidade de cidades inteligentes, aplicados a municípios brasileiros; as(os) autoras(es) indicam, a partir de estudo de casos, que a participação dos cidadãos vem se dando como meramente formal e, como contraponto, propõem a institucionalização de mecanismos de adensamento da participação no escopo das políticas locais, como dimensão chave para orientar projetos e ações direcionadas à construção de cidades inteligentes.

Seguidamente, atestando a nossa ampla acolhida editorial para uma diversidade de temáticas em políticas públicas, o que amplia

o seu potencial analítico, apresentamos três artigos com temas específicos: política de educação especial, política de turismo e políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. O primeiro artigo, “Avaliação da política de educação especial e o paradigma da diversidade: mudar a lei garante mudança da realidade?”, de autoria de Lenara Antão de Alencar Ribeiro Souza e Alba Maria Pinho de Carvalho (ambas da UFC) busca avaliar a política de educação especial nas escolas por meio da categoria analítica da inclusão social, em torno a experiência concreta das pessoas com deficiência, buscando elementos para a construção de uma descolonização da educação, rumo a uma perspectiva crítica, inclusiva e libertadora.

O segundo artigo temático “Implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do turismo: avaliação comparativa entre o PRODETUR no Brasil e o LEADER na Espanha”, de autoria de Maria Sâmia de Oliveira (Universidade Santiago de Compostela/Instituto Federal de Educação do Ceará), Jakson Renner Rodrigues Soares (Universidade da Coruña), Gil Célio de Castro Cardoso (Universidade Federal do Ceará) e Maione Rocha de Castro Cardoso (Universidade Estadual do Ceará), visa apresentar uma avaliação transnacional com a construção de indicadores comparados acerca da implementação de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo no Litoral Cearense (Brasil) e na Galícia (Espanha).

O terceiro artigo temático “Políticas de enfrentamento à violência contra mulheres na cidade de São Paulo”, das autoras Marina Passafaro e Ursula Dias Peres (ambas da Universidade de São Paulo), reúne as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher na cidade de São Paulo, no marco temporal de 2015 a 2020 (final da pandemia de Covid-19), analisando comparativamente os resultados de programas implementados neste período e os parâmetros para mensurar sua eficácia e critérios de monitoramento.

Sequencialmente, os três últimos artigos trazem contribuições sobre metodologias de/sobre a avaliação de políticas públicas. Em “Contribuições da entrevista compreensiva de Kaufmann para a análise interpretativa de políticas públicas”, de Nathália Gonçalves Ferreira (Universidade Federal de Lavras – UFLA) Gustavo Costa de Souza (Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ/ Universidade Federal de Lavras – UFLA), apresenta o método da entrevista compreensiva de Kaufman para construir uma análise interpretativa de políticas públicas, contextualizando-o no esteio de propostas

epistemológicas pós-positivistas, que emergem no campo da análise de políticas públicas.

Seguem mais dois artigos que apresentam resultados pesquisas bibliométricas sobre a avaliação, permitindo a elaboração de trajetórias de pensamentos e práticas de avaliação, a orientar futuras pesquisas no campo. Trata-se do “Avaliação de Políticas Públicas: um estudo bibliométrico da literatura internacional entre 1997 a 2021” de André Lima Cerqueira e Claudiani Waiandt (ambos da Universidade Federal da Bahia) e do artigo “Avaliação da Política de Assistência Social: tendências e abordagens teórico-conceituais, de Márcia da Silva Pereira Castro (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)”, que apresenta a análise dos resultados de pesquisa bibliométrica de produções acadêmicas no campo específico das avaliação de política sociais.

Deixemos, por ora, que os leitores/as adentrem nos artigos, como um convite para fortalecer comunidades epistêmicas – aqueles(as) que fazem e pensam a avaliação de políticas públicas –, que, cada vez mais, vêm apresentando maior densidade analítica e metodológica. Isso nos vem permitindo apostar, como editores deste veículo editorial, na construção de outros horizontes políticos, mais democráticos, para a avaliação, incidindo na reformulação de políticas públicas.

Editores

Alcides Fernando Gussi

Gil Célio Cardoso

Leila Maria Passos de Souza Bezerra